

**Rafael de Lazari**

# **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

## **DIMENSÕES OPERACIONAIS E CONTROVÉRSIAS**

Apresentação de Ives Gandra da Silva Martins  
Prefácio de André Ramos Tavares

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-6462-2**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

L431 Lazari, Rafael de.  
Conselho Nacional de Justiça: dimensões operacionais  
e controvérsias./ Rafael de Lazari – Curitiba: Juruá, 2017.  
290 p.

1. Poder judiciário – Brasil. 2. Conselho Nacional de  
Justiça (Brasil). I. Título.

CDD 342  
CDU 342.7

000034

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	23
Capítulo 1	
<b>O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO NA     CONTEMPORANEIDADE: EXPECTATIVAS E     PERSPECTIVAS.....</b>	<b>31</b>
1.1 Poder Judiciário e Estado Democrático de Direito .....	35
1.1.1 A Constituição do Brasil <i>deseja</i> o Poder Judiciário democratizado .....	36
1.1.2 Poder Judiciário independente .....	39
1.1.3 A inevitável tendência do agrupamento de interesses .....	41
1.1.4 Mudança de mentalidade do corpo orgânico.....	43
1.2 Atribuições Contemporâneas do Poder Judiciário.....	46
1.2.1 Poder Judiciário e <i>curadoria</i> da Constituição .....	46
1.2.2 Poder Judiciário e estabilidade de <i>direitos</i> .....	53
1.2.3 Poder Judiciário e <i>autogovernança</i> .....	57
1.3 Movimento Reformista: A Reforma do Poder Judiciário que <i>Efetivamente Ocorreu</i> .....	58
1.3.1 Duração razoável do processo.....	60
1.3.2 Preocupação com os direitos humanos: incidente de deslocamento de competência (IDC), tratados internacionais e adesão ao Tribunal Penal Internacional (TPI).....	61
1.3.3 Art. 93, da Constituição do Brasil: princípios e premissas aplicáveis à magistratura.....	62
1.3.4 Súmula vinculante.....	65
1.3.5 Alterações esparsas .....	67

	1.3.6 Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.....	72
1.4	Movimento Reformista: a Reforma do Poder Judiciário que – <i>Ainda (?)</i> – não ocorreu.....	73
	1.4.1 Pactos republicanos .....	76
	1.4.2 Direito em expectativa.....	79
1.5	Atuação Judiciária Proativa e a Inerente Ampliação dos Meios de Controle.....	81
	1.5.1 Limitação do Poder Judiciário pela Constituição: mecanismo de limitação externa .....	84
	1.5.2 Limitação do Poder Judiciário pelo próprio Poder Judiciário: mecanismo de autolimitação .....	86
<b>Capítulo 2</b>	<b>REALIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA PERSPECTIVA CONCRETISTA .....</b>	<b>89</b>
2.1	Sobre o Significado das <i>Dimensões Operacionais</i> .....	90
2.2	Sobre a Prioridade da Análise das Relações <i>Intrajudicial e Interinstitucional</i> do Conselho Nacional de Justiça.....	92
2.3	Sobre a Perspectiva Concretizadora da Disciplina Constitucional do CNJ .....	93
2.4	Sobre as Dimensões Operacionais Propriamente Ditas, suas Formas de Existência, e Realidades Operacionais Preliminares Exemplificativas .....	95
	2.4.1 Mutirão carcerário e Estratégia Nacional de Segurança Pública (CNJ e segurança pública).....	98
	2.4.2 Programa Espaço Livre (CNJ e <i>infraestrutura</i> nacional) .....	101
	2.4.3 Programa Pai Presente (CNJ e serviços registrais).....	103
	2.4.4 Audiência de custódia (CNJ e política criminal).....	104
	2.4.5 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (CNJ e combate à corrupção).....	108

**Capítulo 3****CNJ E JUDICIÁRIO: DIMENSÕES OPERACIONAIS NA ATUAÇÃO INTRAJUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... 111**

- 3.1 Dimensões Operacionais *Intrajudiciais Tradicionais* do Conselho Nacional de Justiça: a Guarida da Jurisdição por Meio de Suas Funções Constitucionais..... 116
- 3.1.1 Dimensão genérica de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, CF)..... 120
- 3.1.2 Dimensão de zelo pela autonomia do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, I, CF)..... 130
- 3.1.3 Dimensão de zelo pelo art. 37, CF e pela legalidade de atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, II, CF)..... 144
- 3.1.4 Dimensão de controle da atuação funcional do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, III e V, CF)..... 146
- 3.1.5 Dimensão de representação (art. 103-B, § 4º, IV, CF) ..... 148
- 3.1.6 Dimensão publicística (art. 103-B, § 4º, VI e VII, CF)..... 149
- 3.1.7 Dimensão de corregedoria (art. 103-B, § 5º, CF)..... 151
- 3.1.8 Dimensão de ouvidoria (art. 103-B, § 7º, CF) ..... 154
- 3.1.9 Dimensão de controle de precatórios (art. 100, § 7º, CF)..... 156
- 3.2 Dimensões Operacionais *Intrajudiciais Inovadoras* do Conselho Nacional de Justiça: a Guarida da Jurisdição por meio de suas Atividades de Gestão..... 158
- 3.2.1 Dimensão dialógica interna..... 160
- 3.2.2 Dimensão de boa governança ..... 163
- 3.2.3 Dimensão de experimentalismo normativo e institucional ..... 168
- 3.2.4 Dimensão de *accountability*..... 176
- 3.2.4.1 O controle *pele* Conselho Nacional de Justiça..... 176

	3.2.4.2	O controle <i>do</i> Conselho Nacional de Justiça.....	180
	3.2.4.3	Conselho Nacional de Justiça e questão judicializada.....	183
<b>Capítulo 4</b>		<b>CNJ E ORGANISMOS CONSTITUCIONAIS: DIMENSÕES OPERACIONAIS NA ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>187</b>
	4.1	<i>Interinstitucionalidade</i> Federativa.....	189
	4.1.1	Aportes em prol da revisitação à concepção tradicional de federação.....	194
	4.1.2	Dimensões operacionais <i>interinstitucionais</i> do Conselho Nacional de Justiça na “nova” – ou real – federação.....	199
	4.1.2.1	Dimensão federativa diagnóstica.....	201
	4.1.2.2	Dimensão federativa dialógica.....	203
	4.1.2.3	Dimensão federativa normativa.....	206
	4.2	<i>Interinstitucionalidade</i> Republicana.....	208
	4.2.1	A “ <i>contribuição</i> ” histórica do Poder Judiciário para a ausência de uma relação <i>interinstitucional</i> .....	211
	4.2.2	A “ <i>contribuição</i> ” histórica das demais funções republicanas para a ausência de uma relação <i>interinstitucional</i> .....	216
	4.2.3	Dimensões operacionais <i>interinstitucionais</i> do Conselho Nacional de Justiça no republicanismo .....	220
	4.2.3.1	Conselho Nacional de Justiça: um novo canal de comunicação do Poder Judiciário com as demais funções e instituições republicanas (dimensão republicana comunicativa).....	221
	4.2.3.2	Dimensão republicana de força normativa da Constituição (inclui-se o Conselho Nacional de Justiça como órgão garantidor de direitos fundamentais)...	227
	4.2.3.3	Dimensão republicana de uma “ <i>sociedade aberta de intérpretes</i> ” .....	233

4.2.3.4 Dimensão de controle de  
constitucionalidade?..... 239

4.3 Dimensão Experimental Internacional Dialógico-  
-Integrativa: Diálogos *institucionais* entre Poderes  
Judiciários..... 248

**CONCLUSÃO..... 255**

**REFERÊNCIAS..... 261**

**ÍNDICE ALFABÉTICO ..... 277**